

3 A Universidade da Cultura e do Lazer no conjunto das Universidades da Terceira Idade portuguesas: contributos para uma caracterização

Introdução

A Universidade da Terceira Idade que foi escolhida para o nosso estudo de caso faz parte de um conjunto de instituições congéneres que emergiram em Portugal na década de 70, como demonstrámos no capítulo III. Assim, será necessário, antes de analisarmos esta Universidade em particular, abordarmos o conjunto das Universidades.

A presente caracterização das Universidades da Terceira Idade fundamentou-se num estudo exploratório, no âmbito deste projecto de investigação. A necessidade de realizar esse trabalho justificou-se pela inexistência de informação pertinente sobre uma série de aspectos relacionados com estas instituições: a sua história, a sua natureza jurídica, os seus objectivos, as actividades desenvolvidas, a população abrangida, a sua organização, o seu financiamento, a sua expressão numérica, e mesmo a sua localização geográfica. Perante tanto desconhecimento acerca desta realidade, a primeira tarefa foi, portanto, realizar este estudo, primeiro para caracterizar este universo, depois para, estando essa caracterização efectuada, poder então seleccionar uma destas universidades da terceira idade para o nosso estudo de caso.

Para além desta falta de informação, outra dificuldade com que nos deparámos foi o desconhecimento sobre quem nos poderia facultar dados sobre estas instituições. Não existindo, aquando do começo deste trabalho (entre 1998 e 1999) qualquer organismo coordenador destas “universidades”, recorremos a alguns Centros Regionais de Segurança Social, entre os quais o de Braga, que nos disponibilizou uma listagem

dos equipamentos e serviços para idosos existentes nessa região – Lares, Centros de Dia, Apoio Domiciliário e Universidades da Terceira Idade.

Tendo também contactado o Ministério da Educação, com vista a obter informações sobre as UTI's, considerando que estas instituições podem ser encaradas como instituições educativas, verificámos que não existiam, até à data, quaisquer elementos informativos sobre as mesmas, exceptuando a indicação sobre a existência da primeira Universidade da Terceira Idade portuguesa, como já mencionámos no capítulo III.

Como resultado do nosso estudo exploratório, realizado entre 1998 e 1999, identificámos 26 Universidades da Terceira Idade, em Portugal Continental, abrangendo perto dos 5 077 “alunos”, tendo sido entrevistados 22 dos responsáveis por essas instituições. No entanto, é difícil delimitar actualmente e com rigor o número das UTI's em Portugal, visto tratar-se de uma realidade em expansão¹.

Os dados que este trabalho apresenta resultam da análise das mencionadas entrevistas, assim como da análise de documentos, como, por exemplo, dos estatutos destas instituições.

Conforme o exposto no capítulo III, a primeira UTI a surgir em Portugal data de 1978, com implantação geográfica em Lisboa, tendo aparecido posteriormente, na segunda metade da década de 80, mais cinco universidades do género: três no Norte e duas em Lisboa.

Ao longo da década de 90, principalmente na segunda metade, assiste-se em Portugal à emergência da maior parte das UTI's (surgem sete UTI's na primeira metade da década de 90 e nove na segunda metade dessa década).

¹ Temos acompanhado através de contactos com informadores qualificados, dos meios de comunicação social a criação de outras UTI's, daí termos afirmado que é uma realidade em expansão.

Diferentes factores poderão ter contribuído para essa expansão, tais como uma maior visibilidade do problema social da terceira idade através dos “media”, da celebração de determinadas datas dedicadas às pessoas idosas e da expansão de um mercado dirigido a esta população, aspectos desenvolvidos no Capítulo III.

3.1 Implantação geográfica

Uma das primeiras características que constatamos sobre as UTI's em Portugal é que se trata de um fenómeno principalmente urbano, com uma maior implantação geográfica no litoral do país, sendo a sua maior concentração no litoral Norte, onde se encontram mais de metade (no norte do país encontram-se onze, na região centro duas, na região de Lisboa quatro e no Algarve cinco, ver mapa 1).

A distribuição geográfica não deixa de ser interessante, se tivermos em conta a distribuição geográfica de outros equipamentos para a terceira idade, como é o caso dos centros de dia e dos lares. Verifica-se que os distritos com mais idosos a residirem em lares são os distritos mais envelhecidos, como Beja, Évora, Portalegre, Vila Real e Castelo Branco (Fernandes, 1997, pp. 152-153).

Assim, Ana Fernandes verifica que a distribuição dos centros de dia parece ter uma implantação mais intensa nos distritos com grandes centros urbanos como Lisboa e Setúbal. No Norte do país, estes centros poderão não desencadear uma grande adesão junto dos mais idosos na medida em que nos deparamos com “um povoamento mais disperso, com menos concentração de população idosa e relações de sociabilidade (de família e de vizinhança) mais intensas e em maior número” (Fernandes, 1997, p. 154).

Poderemos então considerar que as UTI's se encontram localizadas em distritos que nem são os mais envelhecidos e nem são os que apresentam maior número de

centros de dia. Uma das razões poderá ser a população a quem se dirigem estes diferentes equipamentos representar uma população mais jovem. Como já analisámos no capítulo III, os centros de dia e a ajuda domiciliária abrangem adultos mais velhos, com mais problemas de saúde, mais dependentes e de classes sociais mais baixas, enquanto as UTI's abarcam uma população reformada mais jovem, autónoma e de estratos sociais mais elevados.

3.2 Natureza jurídica

Juridicamente, as UTI's são na maior parte associações sem fins lucrativos. Dentro delas existem, porém, alguns casos singulares, havendo uma UTI que é uma cooperativa e outra que se encontra ligada à União das Misericórdias.

De entre todas as associações sem fins lucrativos, quatro tornaram-se Instituições Particulares de Solidariedade Social (iremos utilizar a sigla IPSS) com o objectivo de obterem apoios do Estado. O facto de se terem assumido com uma configuração de IPSS originou uma complexificação organizacional e alterações dos métodos de trabalho, tendo também surgido pressões do Centro Regional de Segurança Social no sentido de alterarem os seus serviços de acordo com o que o Estado entende que devem ser os serviços das IPSS's.

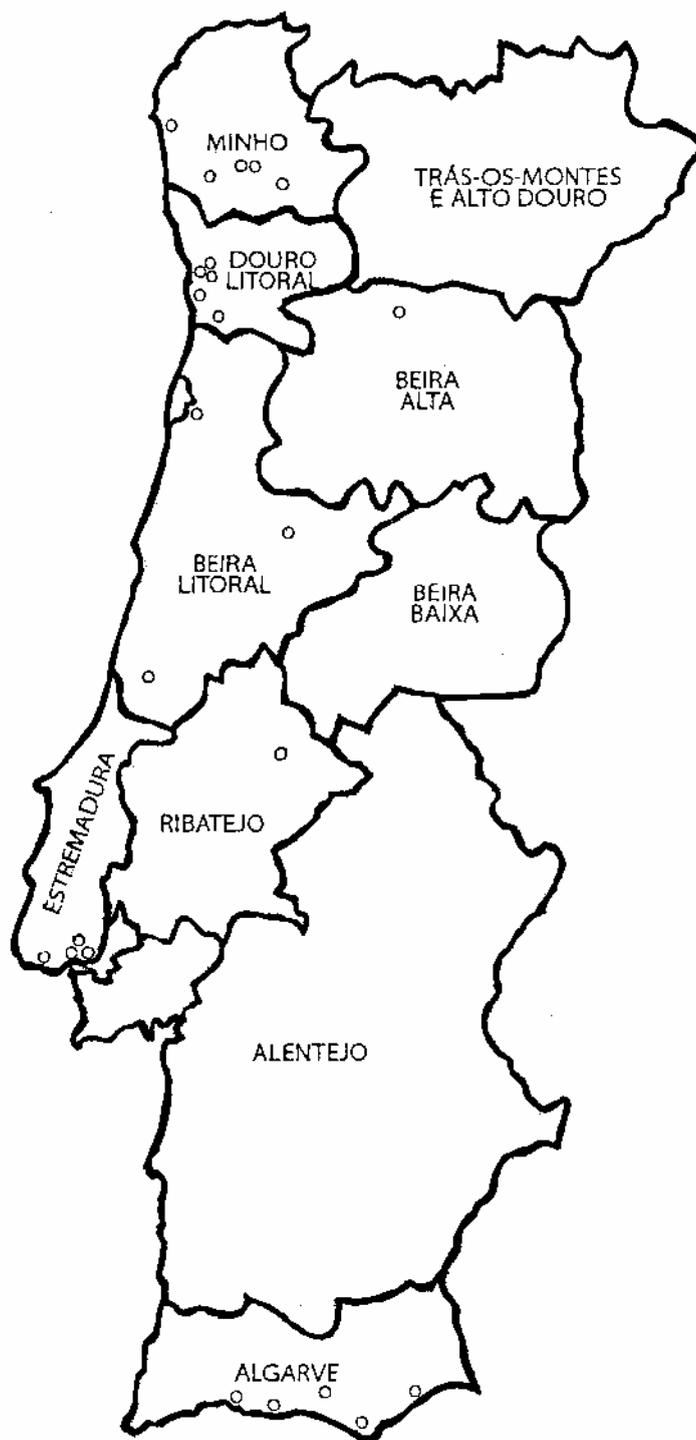
Estes factos levam-nos a problematizar o papel do Estado e as relações que estabelece com outros parceiros sociais, nomeadamente com os do denominado “terceiro sector”.

A relação entre o Estado e as IPSS's foi objecto de investigação num projecto coordenado por Hespanha, o qual coloca uma hipótese que consideramos ser relevante para a nossa análise: “(...) a institucionalização da sociedade-providência, através da

conversão ou integração de certas formas de acção em instituições privadas sem fins lucrativos, sob a tutela do Estado, conduz a uma inevitável perda de flexibilidade e de autonomia” (Hespanha, 1999, p. 35).

Este autor também refere que um dos riscos que as IPSS's correm é o do “processo de funcionarização”, o qual é também provocado pela forma como essas instituições são subsidiadas pelo Estado, pois têm “de se organizar por forma a respeitarem as finalidades públicas ligadas à produção de serviços de protecção social” (Hespanha, 1999, p. 36).

Mapa 1: As zonas de implantação geográfica das UTI's em Portugal Continental



3.3 Actividades e objectivos

A maior parte das actividades desenvolvidas por estas instituições abrangem várias disciplinas, variando o seu número entre 10 e 64.

Em algumas UTI's é estabelecida uma diferenciação entre as disciplinas que se denominam de “teóricas” e as que se designam de “práticas”, correspondendo às primeiras as línguas e as ciências sociais, e às “práticas” as artes plásticas e o desporto. O custo da frequência de disciplinas “práticas”, em algumas UTI's, é mais elevado do que o das disciplinas “teóricas”, sendo a justificação para este facto o custo envolvido na utilização de materiais de pintura e das outras artes plásticas e decorativas.

A maioria das disciplinas² que encontramos é comum a todas as universidades, variando a diversidade dos níveis de cada disciplina e os tipos de materiais de pintura e de artes decorativas.

Para além destas “actividades curriculares” (que é a outra designação dada às disciplinas em algumas UTI's), existem as actividades que se designam de “extra-curriculares”. Estas englobam palestras, conferências e seminários, em muitos casos com uma periodicidade mensal.

² Iremos apresentar as diferentes actividades pelos seguintes grupos de áreas disciplinares que nos pareceram adequados: *Línguas*: sendo as mais frequentes o Inglês, o Francês e o Português. Existe, também, Espanhol, Alemão, Italiano, Árabe e Chinês; *Literatura portuguesa*; *Ciências Sociais*: de entre estas ciências, a que tem uma presença constante em todas as universidades é a História, derivando para a História Local, História da Arte, História de Portugal e História Contemporânea, entre outros ramos. Existem outras ciências sociais, mas só em algumas universidades, como é o caso da Sociologia, Antropologia, Economia, Geografia. *Ciências da Natureza /da Saúde e similares*: Genética, Biologia, Ciências da Saúde, Saúde Pública, Ciências da Nutrição e Gerontologia; Informática, a funcionar em muitas UTI's; *Música*, englobando tanto o Canto Coral, como grupo instrumentais e aprendizagem de instrumentos. No caso de UTI's em que existe um coro ou grupo de cavaquinho, costumam actuar em eventos da localidade respectiva, ou em outras instituições de idosos, principalmente em datas festivas como o Natal. *Artes Plásticas/Decorativas* - é uma outra área que está sempre presente, excepção feita a uma única UTI. A disciplina mais comum desta área é a pintura, havendo uma diversidade de materiais: tela, porcelana, vidro, óleo, carvão, acrílico, pastel. Existem casos em que também têm desenho, trabalhos em cerâmica, em estanho, joalheria e encadernação. *Desporto*: as modalidades mais praticadas são natação e ginástica de manutenção. *Danças de Salão e regionais*: não é uma prática muito comum.

Por outro lado, englobam também visitas de estudo, muitas delas realizadas no âmbito de certas disciplinas como a História Local. Estas visitas abrangem igualmente outras localidades portuguesas fora da zona de implantação geográfica das UTI's, e, nalguns casos, fora do país, como Espanha. Organizam ainda outros passeios mais de índole recreativa, muitos deles ao estrangeiro ou mesmo dentro do país. Todas estas iniciativas são custeadas por cada participante, verificando-se que muitos dos passeios não são acessíveis para todas as bolsas, muito menos se tivermos em conta certos montantes de pensões por velhice. Portanto, pode-se considerar este facto como potencial indicador de uma possível selecção dos reformados que frequentam estas instituições.

Para além de todas estas actividades “curriculares” e “extracurriculares”, há a salientar certos eventos sociais como festas de Natal, do Magusto, e a festa do “final do ano lectivo”.

Em determinadas UTI's foram incorporados certos rituais académicos que constituem momentos de convívio, de sociabilidades e de socialização, como é o caso da abertura do ano com uma “lição de sapiência”, ou da semana académica, ou do encerramento do ano “lectivo”.

A incorporação de certos rituais académicos não está muito generalizada entre as UTI's, sendo o ritual mais comum a abertura do ano lectivo com uma lição ou uma palestra.

De acordo com a nossa investigação, parecer existir uma lógica de academização das UTI's, visível nas actividades e no modelo curricular que desenvolvem, assim como um mimetismo em relação à instituição universitária, que se traduz pela própria designação de **Universidade** da Terceira Idade e pelos rituais académicos.

Existem dois casos de UTI's que, para além destas actividades do âmbito educativo, cultural e recreativo, desenvolvem apoio domiciliário. Uma das duas associações também fornece informações aos idosos sobre diversos assuntos, nomeadamente sobre aspectos jurídicos, assim como realiza, igualmente, outras actividades e serviços de intervenção social destinadas a diferentes populações que não os idosos.

As actividades desenvolvidas estão relacionadas com os objectivos que estas instituições se propõem e com a sua natureza jurídica.

Na sua esmagadora maioria, as UTI's são associações sem fins lucrativos, como já referimos, e, de uma forma geral, têm como objectivos, entre outros, segundo os diferentes Estatutos das UTI's, a “promoção, a valorização e a integração do idoso”, “o contacto com a realidade e a dinâmica social local”, “a ocupação dos tempos livres”, e “evitar o isolamento e a marginalização”. Para a concretização de tais objectivos, estas associações propõem-se criar um instituto superior ou universidade.

3.4 Alguns dados sobre os “alunos”³

Relativamente às idades dos utentes que frequentam as UTI's regista-se alguma diversidade, tendo a maioria dos responsáveis das UTI's entrevistados referido que a idade da maior parte da população que frequentava as UTI's se situava entre os 50 e os 65 anos. Também salientaram que a idade mínima era de 19 anos e a máxima de 93

³ Esta denominação de “alunos”, utilizada por alguns entrevistados para se referirem a quem frequenta as UTI's, indicia, entre outros aspectos, a predominância duma concepção e de uma possível prática de educação considerada como educação formal, académica, num contexto educativo que deveria ser entendido como não formal, perspectivado como educação permanente e educação de adultos, no qual o papel de “aluno” e a relação pedagógica deviam ser diferentes do que o são num contexto académico tradicional e formal.

anos, optando as UTI's por diferentes critérios de selecção no que se refere à idade: umas não estabelecem limite de idade, outras só a partir dos 40 ou dos 50 anos. Outro aspecto para o qual apontaram os entrevistados é que as mulheres estão em percentagem mais elevada que os homens, chegando a atingir em alguns casos os 80%.

4. A Universidade da Cultura e do Lazer na região de implantação

A Universidade da Cultura e do Lazer que iremos analisar situa-se numa cidade do Norte de Portugal, registando-se nesta área geográfica o maior número⁴ destas instituições, como anteriormente analisámos.

Especificando mais a área de localização, digamos que se trata do distrito de Braga, abrangendo 2672 Km², com uma população de aproximadamente um milhão de habitantes e integrando cinco cidades – Fafe, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Barcelos e Braga – distribuídas pelo vale do Ave (as três primeiras) e pelo Baixo Cávado (as duas últimas).

O concelho onde se situa a Universidade da Cultura e do Lazer, caracteriza-se, assim como todo o distrito, por ser uma região densamente povoada e muito industrializada.

Uma outra característica interessante desta zona, em termos populacionais, é a de apresentar uma percentagem de população jovem das mais elevadas da Europa, sendo também um dos distritos do país que tem uma percentagem de idosos das mais baixas a nível nacional. O distrito de Braga, em 1988, era o que detinha a menor proporção de população idosa, ocupando o primeiro lugar nacional com 10,8 % de população com mais de 65 anos, sendo considerado um lugar privilegiado se tivermos

⁴ Tendo em conta os dados do nosso estudo exploratório, realizado, como já dissemos, entre 1998 e 1999. Isto significa que, entretanto, a situação se pode ter alterado, visto continuarem a surgir novas Universidades da Terceira Idade.

em conta os valores dos distritos mais envelhecidos, como os distritos de Beja (21,3 %), da Guarda (22,8 %), de Castelo Branco (23,6 %), e, em último lugar, o distrito mais envelhecido de Portugal, que é o de Portalegre, com 23,9 % de população com mais de 65 anos (cf. Cónim, 1999, p. 80). Relativamente ao ano de 2001, o índice de envelhecimento continua a registar-se como um dos mais reduzidos a nível nacional (cf. Instituto Nacional de Estatística, 2001, p. LIV).

Considerando os dados relativos à população residente no concelho da zona de implantação da Universidade da Cultura e do Lazer, objecto do nosso estudo, e no que diz respeito aos níveis de instrução, deve ser referido que 13,9% da população não tem qualquer nível de ensino (segundo dados da respectiva Câmara, referentes a 2001). Não dispondo de estatísticas que cruzassem a idade com os níveis de ensino a nível do concelho, podemos apenas ter uma ideia a nível nacional.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, a taxa de analfabetismo em 2001 registou uma diminuição comparativamente a 1991⁵. Em 1991, as taxas de analfabetismo apresentavam para os homens uma percentagem 7,7% e para as mulheres de 14,16 %. Já em 2001, situaram-se em 6,3% para os homens e em 11,5 % para as mulheres (cf. Instituto Nacional de Estatística, 2001, p. LXVIII). Segundo o Instituto Nacional de Estatística “Esta diferença deve-se sobretudo à maior proporção de mulheres idosas” (Instituto Nacional de Estatística, 2001, p. LXVIII).

Na população mais idosa, com mais de 65 anos, o acesso à educação não era acessível a todos quando tinham a idade para frequentar a escolaridade obrigatória e a discriminação em função do sexo era mais visível, não só devido às estratégias

13 Referentes ao ano de 1996, os dados do Instituto Nacional de Estatística permitem-nos uma análise tendo em conta os grupos etários e verifica-se que o grupo com mais de 65 anos de idade apresenta percentagens mais elevadas quanto à ausência de qualquer grau de habilitação: 51,7 % de homens e mulheres, relativamente ao ano de 1996. Tendo em conta o género, verifica-se que 60,6 % das mulheres não sabia ler nem escrever, face a 39,4 % dos homens. No grupo dos mais idosos, ou seja, com mais de 70 anos, a percentagem é ainda mais elevada – 55,6 % – verificando-se que as mulheres neste grupo etário continuam a superar os homens, pois 63,9 % delas não possuem qualquer diploma de educação formal (cf. Instituto Nacional de Estatística, Inquérito ao Emprego, 2.º trimestre).

familiares face à mulher, mas em termos legais. A escolaridade obrigatória no nosso país, por exemplo na década de 50, era obrigatória de forma diferente consoante o sexo, como já foi referido no capítulo III. Assim, para os rapazes a escolaridade era obrigatória até à quarta classe e para as raparigas só até à terceira classe (cf. Lessa, 1982).

5. A Universidade da Cultura e do Lazer: sua origem e desenvolvimento

Esta Universidade surgiu em 1994, fruto da vontade de um grupo de pessoas de diversas profissões, encontrando-se algumas na reforma. O percurso que conduziu à sua oficialização, em 1994, iniciou-se em 1992 numa reunião de outra associação e durante a qual uma professora terá lançado a ideia de constituírem uma Universidade da Terceira Idade na respectiva cidade.

A referida professora, reformada do ensino secundário, tinha experiência de trabalho com uma Universidade da Terceira Idade portuguesa e contactos com outra instituição congénere galega. O responsável galego por uma das “Aulas de Tercera Edad”, também ele presente na primeira reunião, forneceu informação sobre os objectivos destas instituições, assim como divulgou o pensamento do bioquímico valenciano Santiago Grisola, que terá marcado o actual Presidente da Direcção da Universidade da Cultura e do Lazer.

De todo este caminho de consolidação e concretização da ideia de criar uma Universidade da Terceira Idade destacamos o contacto estabelecido com uma congénere do Porto, retirando conselhos e ideias de como organizar e planear uma instituição deste tipo. Aliás, essa Universidade do Porto serviu de modelo, como podemos

constatar na seguinte passagem da autoria do actual Presidente da Direcção da Universidade da Cultura e do Lazer, que escreveu numa revista da respectiva instituição⁶:

“Resolveu-se, na nossa reunião seguinte, realizada a 3 de Março de 1993, que o modelo a seguir pela (...) (Universidade da Cultura e do Lazer), seria semelhante ao da do Porto, de quem se iria aproveitar a experiência, nomeadamente nos seguintes pontos: Estatutos, onde consta, por exemplo que: ‘a direcção é constituída por três associados’; (...) ‘a direcção pode nomear um Conselho Pedagógico, definindo as suas atribuições’ (...) ‘o corpo docente da associação está hierárquica e funcionalmente dependente do presidente da direcção’; - Os professores serem todos licenciados ou técnicos de reconhecida capacidade; - Serem as pessoas inscritas a decidir a que actividades pretendem assistir; - Não haver qualquer tipo de avaliação, classificação ou ordenamento” (Presidente da Direcção, 1999, p. 12, sendo da nossa autoria os parêntesis que contêm o nome da instituição e que foi alterado com o propósito de preservar o anonimato).

Assim, e não entrando numa descrição muito pormenorizada de todas as diligências conducentes à abertura da Universidade da Cultura e do Lazer, o grupo de trabalho foi-se alargando, perfazendo 11 membros que deram origem à cooperativa e que por imposição legal necessitava no mínimo de 10 pessoas para a sua criação. No universo das UTI's, de acordo com o nosso estudo exploratório já mencionado, esta Universidade é um caso singular em termos jurídicos. O facto de se constituir em cooperativa foi uma opção aconselhada pelo assessor jurídico, fundamentando esta escolha em diversas razões, como, por exemplo, permitir uma maior facilidade de decisão por ser tratar de um grupo de dimensão reduzida. Numa entrevista ao Presidente da Direcção desta instituição, realizada no âmbito da nossa pesquisa, este mencionou como razões da preferência pela opção acima referida, que era menos complexo para

⁶ Em toda a apresentação e análise de dados referentes à universidade terceira idade, a informação prestada pelo Presidente da Direcção foi recolhida através de entrevista, de diversas conversas informais e pela análise de documentos, assim como através da revista editada pela própria universidade, com uma periodicidade anual. No entanto, pela imposição de seleccionar excertos que fossem ilustrativos e, principalmente, representativos de toda a informação, escolhemos muitas passagens de artigos assinados pelo Presidente da Direcção e publicados na referida revista. Nesta escolha presidiram critérios de legibilidade e de uma certa apresentação que o texto escrito (como um artigo) revela ter, em vez de um excerto retirado de uma conversa informal.

gerir porque era um núcleo mais restrito a ter responsabilidades de gestão, permitindo chegar a um consenso com mais facilidade e, por outro lado, como cooperativa, era mais simples conseguir a declaração de utilidade pública, declaração que era importante por causa do mecenato.

O grupo de trabalho constituído para o arranque da Universidade da Cultura e do Lazer conseguiu apoio de diferentes entidades, como da Câmara Municipal, que disponibilizou um pequeno subsídio para a compra de mobiliário, e de uma Associação local na cedência de parte de instalações para poderem iniciar as suas actividades. Quatro anos mais tarde, em 1998, conseguiram mudar para outras instalações, que de início eram suficientes para todos e que iremos descrever.

Trata-se de um edifício antigo, com três pisos e traça senhorial, situado no centro de uma cidade do distrito de Braga. No andar térreo encontramos diferentes espaços, como a sala da direcção e onde funciona igualmente a secretaria, a sala onde decorrem as diferentes actividades artísticas (plásticas, decorativas e bordados) e a alfabetização. Existe ainda neste piso uma sala polivalente para actividades desportivas e para actividades musicais (canto coral, cavaquinhos), uma sala de convívio integrando um bar, um espaço com biblioteca e ainda um espaço exterior que, para além de funcionar como espaço de lazer, é aproveitado para aí serem efectuados alguns eventos, como a festa do Magusto ou do S. João. No andar superior adaptaram duas divisões para um auditório, devidamente equipado, com capacidade para 100 pessoas. Uma outra divisão deste mesmo piso funciona como sala de aula. Este piso não se encontra todo ocupado, estando fechada a outra metade da sua área, assim como o piso acima, por aguardarem obras de recuperação.

Contudo, as instalações continuam a constituir uma dificuldade por serem já exíguas para comportar o número cada vez maior de participantes. Por outro lado,

surgiram problemas colocados pela entidade proprietária quanto à permanência neste espaço.

O número de participantes tem registado um aumento significativo ao longo dos anos. Tendo a instituição iniciado as suas actividades com 86 inscrições, em 1994, no ano 2002 havia já 343 pessoas inscritas. A constatação deste crescimento é assinalada com orgulho nas várias edições da revista da universidade, sendo interpretada como sinal de sucesso do trabalho desenvolvido. A título ilustrativo podemos ler a seguinte passagem:

“A forma mais ou menos homogénea e contínua como vai aumentando o número de Associados é uma prova evidente de que a (...) (Universidade da Cultura e do Lazer) vem conseguindo chegar a um leque cada vez maior de pessoas” (Presidente da Direcção, 1998, p. 10, parêntesis da nossa autoria).

Os corpos sociais desta instituição são constituídos pela Assembleia Geral, pelo Conselho Fiscal e pela Direcção, cujos membros são eleitos em Assembleia Geral por um mandato de dois anos. Somente os cooperantes têm possibilidade de voto para estes corpos sociais, sendo-lhes permitido integrar os órgãos sociais.

No Regulamento Interno (Capítulo II, art.º 5.º) estão definidos como “Utentes” da Universidade da Cultura e do Lazer os *associados*, que são simplesmente quem frequenta as actividades culturais mediante aprovação e pagamento da inscrição, e os *orientadores*, que podem ser ou não cooperantes e que orientam as actividades em regime de voluntariado. Para além deste “Utentes”, estão também previstos nos Estatutos outros membros como os *cooperadores*, cuja admissão está prevista no Regulamento Interno (Capítulo IV, art.º 6.º), os *sócios honorários* e os *sócios beneméritos*.

6. Caracterização dos formandos da Universidade da Cultura e do Lazer

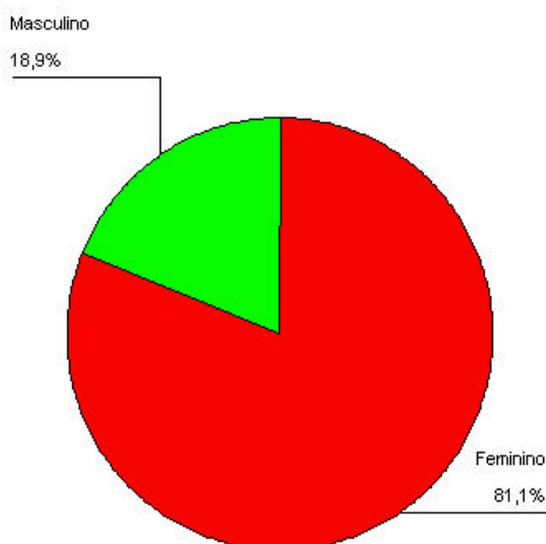
Em 2002, realizámos um inquérito por questionário a 150 associados, que deveria corresponder ao número aproximado de pessoas que frequentavam a Universidade, obtendo 74 respostas, como já analisámos no capítulo VI⁷.

Uma das particularidades que assinalámos na caracterização das UTI's nacionais foi o facto de serem instituições com uma percentagem elevada de mulheres.

Esta Universidade também não é excepção, registando-se uma taxa de 81% (60) de mulheres, no total da população inquirida (consultar gráfico n.º 1). Diferentes factores poderão contribuir para uma predominância do sexo feminino, tendo como exemplo o desequilíbrio existente na própria composição populacional em termos nacionais, derivado pelo registo de maiores taxas de mortalidade que se verifica no sexo masculino, seja à nascença e nos primeiros anos de vida, seja nas idades mais avançadas. Outro factor importante a considerar prende-se com a possibilidade de a mulher sair da esfera privada para um espaço público, onde possa conviver e dedicar-se a certas actividades culturais/educativas e que, anteriormente, pelas responsabilidades familiares e laborais, não pôde concretizar.

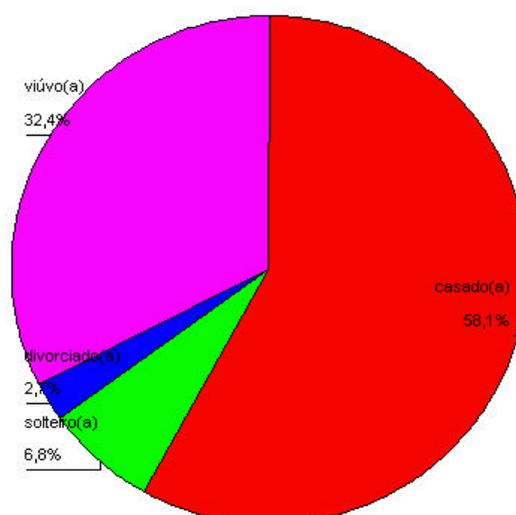
⁷ O inquérito por questionário que utilizámos e outras reflexões metodológicas foram assuntos que abordámos no capítulo IV, dedicado à investigação empírica.

Gráfico n.º 1 – Distribuição dos formandos segundo o sexo



Verificámos uma elevada percentagem de pessoas casadas nesta Universidade (consultar gráfico n.º 2). Factores culturais, como o predomínio da religião católica no nosso país e a correlativa indissolubilidade do casamento religioso, poderão ser elementos a contribuir para a manutenção de elevado número de casamentos, principalmente entre pessoas mais velhas.

Gráfico n.º 2 – Distribuição dos formandos segundo o estado civil



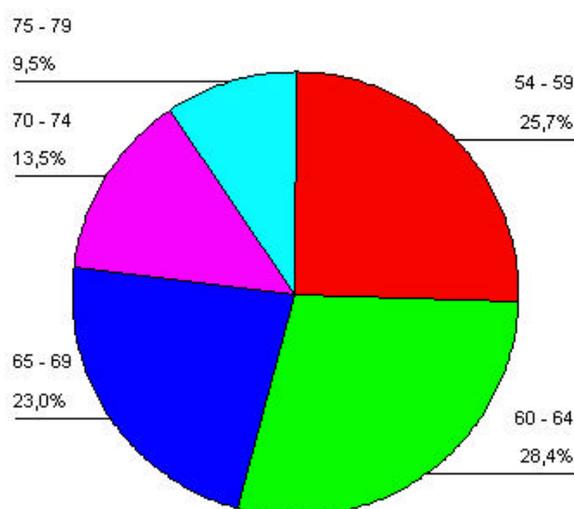
A elevada percentagem de mulheres casadas também pode concorrer para que sejam as mulheres as que mais frequentem a Universidade, especialmente se os cônjuges também estiverem na reforma. Isto porque, e tendo presente o estudo de Fericgla (1992), a situação de reformado no homem pode alterar as relações familiares e, em particular, entre o casal, pois o homem passa a estar mais tempo em casa do que o habitual, interferindo desta forma na área doméstica e invadindo o espaço anteriormente mais exclusivo da mulher. Assim, esta sentiria necessidade de sair do ambiente doméstico para readquirir uma certa autonomia.

A maioria dos formandos casados (24) indica neste inquérito que o respectivo cônjuge se encontra em situação de reforma, e os casos em que ainda está a trabalhar são referidos por 11 inquiridos. Existem também casos de cônjuges ainda a trabalhar, embora reformados, sendo que nesta situação se registam 10 casos.

Nesta Universidade as idades dos inquiridos situam-se entre os 54 e os 79 anos. Apesar desta instituição não colocar restrições de idade, o que se verifica é uma

concentração de pessoas em idades compreendidas entre os 54 e 69 anos. Se nos detivermos na análise mais detalhada dos diferentes escalões de idades, essa tendência é mais visível (ver gráfico n.º 3). Assim, o intervalo de idades entre os 60 e os 64 anos é o que apresenta o número mais elevado de pessoas (21), e o que regista um número menor de pessoas é o escalão entre os 75 aos 79 anos, com sete pessoas. A análise destes dados é semelhante à análise que efectuámos na caracterização dos formandos das UTI's portuguesas, pois as idades são também elas similares, sendo um fenómeno não particular desta Universidade, mas mais geral. Recordando brevemente essa análise, principalmente a partir dos 70-75 anos (a chamada 4.ª idade), as limitações físicas e mentais começam a ser mais sentidas derivado a doenças ou à degeneração própria da idade, tornando assim a frequência deste tipo de instituições mais problemática, visto necessitarem de outro tipo de apoios.

Gráfico n.º 3 – Distribuição dos formandos por intervalos de idade



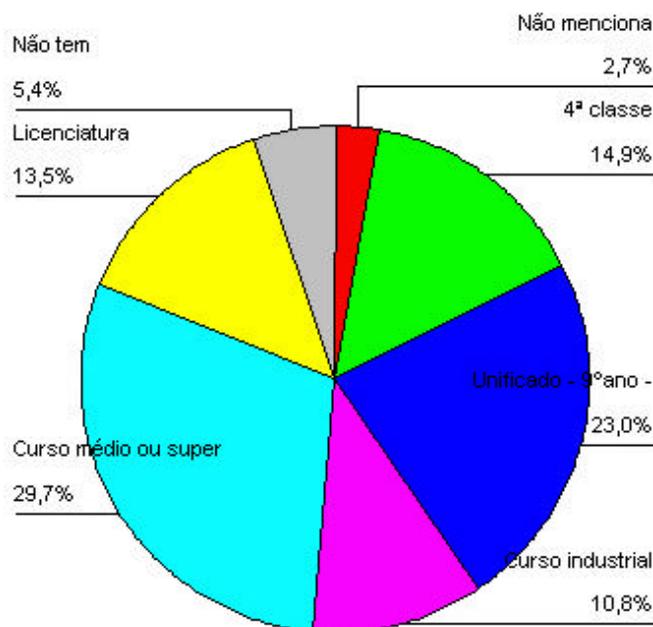
A maioria dos inquiridos encontra-se em situação de reforma (80 %), existindo, portanto, poucos casos que ainda se encontrem no activo (8 %), além dos inquiridos que

embora reformados estão também a trabalhar (5%), sendo que os restantes não responderam (7%).

As habilitações literárias mais representativas no conjunto dos inquiridos são os cursos médios (29,7 %), sendo facilmente previsível dada a predominância referida do grupo dos professores do primeiro ciclo do ensino básico, assim como, pelo facto de este curso não ter antigamente o grau licenciatura, como se verifica na actualidade. Também é elevada a percentagem dos que têm o quinto ano do Curso Geral dos Liceus – 23 % dos inquiridos. Os “associados” com a quarta classe e os que detêm a licenciatura estão próximos em termos de valores percentuais – 15 % e 14 % –, respectivamente (consultar gráfico n.º 4).

Constata-se que a maioria dos inquiridos são detentores de capitais escolares médios, e se os enquadrarmos na sua época de estudantes, ainda mais relevantes se tornam as suas habilitações literárias, pois as condições de acesso e de igualdade de oportunidades escolares eram restritas.

Quadro n.º 4 – Distribuição dos formandos segundo habilitações literárias.



No nosso trabalho, a análise do *lugar de classe* social dos formandos reveste-se de uma certa importância porque contribuirá para determinar que população idosa frequenta a Universidade da Cultura e do Lazer, relembrando uma expectativa da nossa investigação, a qual colocava a questão de que a UTI seria frequentada, principalmente, por adultos idosos reformados das classes médias. Assim, a análise da localização de classe social dos formandos é um dos aspectos que a investigação tinha de abordar.

A relevância da análise da classe da população idosa da Universidade da Cultura e do Lazer resulta igualmente do facto de que a percepção e o modo de viver a reforma variam e são condicionados pela classe social a que cada reformado pertence.

A importância da classe social como factor que condiciona a concepção que os reformados têm da reforma e modo como a vivem tem sido salientada por diferentes autores como Lenoir (1979), Guillemard (1972, 1980, 1986) e Estes (1991). Os dois primeiros autores desenvolveram estudos e análises que relacionam a classe social de

pertença dos reformados com a percepção da reforma e o estilo de vida dos diferentes reformados, já abordados no Capítulo V. A conclusão é que os estilos de vida dos reformados são condicionados pela classe a que pertencem, tendo salientado Guillemard (1972) que esse estilo de vida está dependente/condicionado pela actividade profissional que desenvolveram durante a vida activa.

Aliás, as desigualdades sociais baseadas nas classes, assim como as baseadas no género, permitem compreender sociologicamente a heterogeneidade da realidade da “terceira idade” e da “quarta idade”. Nesta linha de pensamento Perista *et al.* (1997) referem que uma das dimensões que se deve ter em conta na análise da heterogeneidade da “terceira idade” é aquela

“que decorre da multiplicidade de trajectórias da acumulação e utilização de recursos (económicos, profissionais, sociais e relacionais, de saúde, culturais...) que contribuem para fragmentar e hierarquizar, em termos sociais, as diferentes experiências de envelhecimento” (Perista, Baptista, Freitas, Perista & Leça, 1997, p. 36).

Outros aspectos que contribuem igualmente para a existência de diferenças entre as pessoas idosas são, por exemplo, “factores biológicos e predisposições genéticas, mas também e fundamentalmente (...) factores sócio-culturais” (Perista, Baptista, Freitas, Perista & Leça, 1997, p. 36).

Na população idosa, um dos aspectos que pode condicionar o acesso e o uso de certos bens, serviços e instituições é a situação individual que decorre do processo de envelhecimento biológico que, por sua vez, também pode ser afectado pela classe social a que pertence o idoso. Ou seja, a degeneração física e intelectual que cada pessoa sofre também pode ter ligação com as suas condições de trabalho e de vida, as quais podem estar relacionadas com a classe social a que pertence. Portanto, a perda de capacidades

físicas e intelectuais⁸ vai condicionar o grau de autonomia e independência de cada pessoa idosa, o que contribui para que recorra a instituições diferentes, desempenhe certas actividades consoante o seu estado de saúde e a sua autonomia, sendo mais desvalorizada socialmente.

Aliás, como abordámos no Capítulo III, as Universidades da Terceira Idade são frequentadas por população idosa mais jovem do que a população que é apoiada pelo Centro de Dia ou Lares. Uma idade mais jovem entre a população idosa normalmente está associada a um grau de autonomia e independência maior do que muitas vezes se pode verificar em idades mais avançadas.

A análise que já apresentámos sobre as idades dos formandos da Universidade da Cultura e do Lazer revelou exactamente um maior número de pessoas com idades compreendidas entre os 60-64 anos (21 pessoas), sendo as idades entre os 75 e 79 anos

⁸ Um autor que destacou o estado da saúde dos idosos no seu estudo, o que o conduziu ao uso dos conceitos de senilidade/senil e à distinção entre jubilação e senilidade e entre jubilados e senis, pois considerou o estado de saúde uma dimensão importante na análise da população idosa, foi Fericgla (1992). Na fundamentação teórica do seu trabalho, Fericgla problematiza os conceitos de velhice/velhos, jubilação/jubilados e senilidade/senis, traduzindo a importância que o estado de saúde desempenha nesta categoria social, como o autor esclarece: “A velhice está marcada por um aspecto cultural e um aspecto biológico, e é imprescindível diferenciá-los” (Fericgla, 1992, p. 74). Quanto ao conceito de senil, explica: “(...) devemos entender, ao falar de senil, que nos estamos a referir a um estado marcado pelo processo de deterioração biológica do ser humano, que se aplica aos indivíduos que, por causas próprias da idade, sofrem determinados problemas e limitações físicas e/ou mentais que em maior ou menor grau os fazem depender dos demais para as actividades básicas” (Fericgla, 1992, p. 75). Os jubilados são os que trabalham até à idade fixa legalmente, devendo abandonar o mundo do trabalho nessa idade, passando a viver de uma pensão por velhice mesmo que mantenham as suas capacidades físicas e mentais num estado que lhes permita realizar as suas responsabilidades e serem autónomos. Relembrando o conceito de senilidade que referimos no Capítulo I, “é um conceito biológico preciso e bem definido pela medicina geriátrica em relação a um conjunto de patologias, disfunções e desordens corporais, cerebrais e mentais de ordem biológica, produzidos pelo desgaste próprio da idade” (Fericgla, 1992, p. 80). A jubilação/reforma, para o autor é um rito desestruturado e desestruturante que assinala a entrada na velhice, como já mencionámos no Capítulo I, portanto é um conceito cultural. Por conseguinte, a jubilação e a senilidade são dois conceitos distintos, “enquanto a senilidade é o resultado de um processo de deterioração físico-mental que não tem um momento preciso de aparecer e estabelece diferenças entre os indivíduos, a jubilação constitui uma norma cultural que torna homogéneas as pessoas a partir de uma idade cronológica fixada arbitrariamente” (Fericgla, 1992, p. 75). Apesar de em certos casos poder coincidir a jubilação com sintomas de senilidade, na maioria das situações tal não se verifica. Para o autor, as pessoas que já se encontram num estado de senilidade vivem de um modo mais vincado os sintomas de estigmatização do que vivem os jubilados. Assim, Fericgla, ao tratar das tipologias populacionais em que distribuiu a população anciã da Catalunha, apresentou seis tipologias, as quais se dividiam, “em primeiro lugar, a partir das variáveis económico-culturais (etclasses), e em segundo lugar, a partir do estado físico (...)” (Fericgla, 1992, p. 27).

menos representadas (9 pessoas). A faixa etária que corresponde à *quarta idade*, ou seja, a partir dos 70 anos é menos representativa na Universidade da Cultura e do Lazer.

A determinação da localização de classe social em relação aos idosos é uma problemática que pode colocar questões complexas. Uma dessas questões é o facto, mormente nas análises marxistas, dos adultos idosos já não fazerem parte da esfera de produção e, como sabemos, nessas perspectivas, a localização na relação de produção é determinante para a análise da posição de classe.

Por outro lado, a exclusão do mundo do trabalho é exactamente a característica de ser reformado nas sociedades capitalistas. No entanto, e “apesar da reforma alterar as dinâmicas da classe tirando os mais velhos das relações directas do lugar de trabalho” não deixa de se verificar a influência da classe social da “pós-reforma” na vida dos idosos (cf. Estes, 1991, p. 25).

Esta influência da classe social faz-se sentir para além do que já afirmámos anteriormente, ou seja, no modo de percepção da reforma e de vivê-la, reflectindo-se nas relações entre os mais velhos, como salientou Estes, “através das histórias de trabalho em comum” e nas expectativas de vida na pós-reforma (Estes, 1991, p. 25).

Esta autora também realçou que, em situação de reforma, a detenção de propriedade e as fontes de rendimento continuam a ser o factor determinante da localização de classe social nas sociedades capitalistas. E, nesse caso, os rendimentos de alguns reformados provêm dos montantes das pensões de velhice que auferem e que, por sua vez, estão relacionados com as profissões anteriormente exercidas. Deste modo, significa que o Estado-providência reproduz, através dos sistemas de reforma, as desigualdades sociais baseadas nas classes sociais.

Apesar destas limitações, consideramos relevante que se analisem as classes sociais entre a população reformada, tendo em conta que:

- As classes sociais determinam a percepção da reforma e o modo de vida dos reformados, quer pela interiorização das suas condições de vida que vão condicionar as práticas, quer pelo acesso a bens e a serviços condicionados pelas diferenças de capitais de que são detentores;
- Os montantes das pensões de velhice são dependentes das antigas profissões;

Estes dois aspectos revelam a importância para o nosso estudo da análise das classes sociais destes reformados, sem esquecer a profissão antigamente exercida.

Na procura de uma tipologia de classes, que se adequasse ao nosso estudo, tivemos em consideração que

“Não faz sentido considerar uma tipologia de classes, por mais teoricamente bem fundada que seja, nem como única nem como definitiva. As dimensões retidas dependem, em parte, do objecto de estudo; a elaboração e a aplicação empírica originam reconceptualizações; a realidade social é movente, impondo reajustamentos e reformulações” (Almeida, Costa e Machado, 1988, p. 15).

Assim, e tendo em conta o nosso objecto e objectivo de estudo, optámos por considerar importante para a nossa investigação analisar o *lugar de classe* social dos formandos partindo da tipologia das classes e fracções de classe que Almeida *et al.* (1988), construíram⁹.

⁹ De assinalar outros autores que têm investigado sobre as classes sociais e, concretamente, analisam a determinação do *lugar de classe*, recorrendo a outras dimensões, como foi o caso de Erik Olin Wrigth (1979, 1985) e, especificamente, no contexto do projecto de pesquisa internacional *Classe Structure and Class Consciousness* liderada por Wrigth (1997), que iniciou no final da década de 70, e no qual Portugal se integrou em 1993, através de Estanque e Mendes, dando origem ao estudo sobre a sociedade portuguesa (1997). Para Wrigth, a pertença de classe tem por base três tipos de recursos, que conjugados, dão origem ao estatuto social e também aos diferentes e múltiplos lugares de classe. Os recursos são: recursos em meios de produção, recursos organizacionais (que têm a ver com a autoridade que os diferentes actores sociais detêm ou não dentro das organizações) e os recursos em qualificações/credenciais. Assim, a detenção diferenciada destes três recursos permite determinar os *lugares de classe*. Estes diferentes *lugares* de classe variariam entre a burguesia (caracterizada pela posse dos meios de produção e dos outros recursos) e o operariado, passando por uma diversidade de lugares de classe intermédios a que Wrigth (1979) denominou *lugares contraditórios de classe*.

A partir dessa análise obteremos uma localização de classe de “pré-reforma”, ou seja, uma localização de classe obtida pelo lugar que ocupavam na esfera da produção antes de entrarem em situação de reforma, possibilitando-nos inferir a partir desta situação anterior à reforma uma aproximação à actual localização de classe que ocupará cada um dos formandos inquiridos.

Realizámos algumas adaptações ao nosso estudo, concretamente tendo partido de duas variáveis diferentes das que utilizaram Almeida *et al.* (1988), cuja equipa de investigadores recorreu às variáveis primárias básicas «situação na profissão» e «profissão» para caracterizarem o *lugar de classe* do indivíduo.

No nosso estudo considerámos importante o capital cultural no seu estado institucionalizado, visto tratar-se da frequência de instituição com cariz educativo e cultural. Assim, as variáveis que utilizámos foram a profissão desempenhada e os níveis de habilitações. Isto prende-se com a importância que a escolaridade desempenha “na estruturação do espaço social das classes, quer através das repercussões que tem na divisão do trabalho, quer enquanto componente fundamental – embora não exclusiva – do capital cultural e, portanto, dos estilos de vida, quer ainda como vector especificamente estruturante das trajectórias sociais” (Almeida, Costa e Machado, 1988, p. 21).

De salientar que existiram alguns casos em que não foi possível determinarmos a classe social dos inquiridos, por falta de informação, sendo uns casos porque não nos indicaram qualquer tipo de elementos, outros porque estes elementos foram insuficientes, perfazendo um total de 25 situações dos 74 inquiridos por questionário. Note-se também que houve duas razões que conduziram a que 25 inquiridos não fossem objecto de determinação do *lugar de classe* dos seus respondentes. Uma razão ficou a dever-se ao facto de os inquiridos não terem respondido às questões, sendo a maioria –

21 inquéritos. A segunda razão foi uma insuficiência de informação, que derivou do facto, a seguir justificado, de não termos inserido a pergunta sobre a «situação na profissão», o que não nos possibilitou clarificar quatro situações.

A informação que obtivemos acerca das profissões que os associados tinham desempenhado¹⁰, permitiu-nos optar por não incluir a variável primária «situação na profissão», porque a partir dessa primeira análise das profissões desempenhadas foi possível perceber qual era a sua situação na profissão, como se veio a verificar igualmente na análise dos dados dos inquéritos. Assim, a avaliação do risco de poderem existir algumas situações como as que ocorreram (as quatro que referimos) foi de que esse risco era reduzido, optando por estas duas variáveis «profissão» e «escolaridade», o que também acabou por facilitar o preenchimento do inquérito por questionário por parte dos formandos¹¹.

De referir igualmente que neste estudo, a unidade de análise foi o indivíduo, e não inserimos igualmente a determinação do lugar do grupo doméstico de cada associado respondente, como previsto, porque as respostas relativas aos cônjuges foram bastantes reduzidas, não permitindo uma análise adequada, por tal facto, limitámo-nos a analisar o *lugar de classe* dos associados inquiridos.

Os resultados da análise dos dados permitem constatar que existe uma grande concentração nas classes médias, principalmente da pequena burguesia técnica de enquadramento e uma quase ausência do operariado e da burguesia, embora esta última registasse um certo valor, mas com pouca expressão, como se pode verificar no Quadro

¹⁰ Esta informação foi obtida por documentos da Universidade da Cultura e do Lazer, como a revista que publicam. A Direcção da Universidade da Cultura e do Lazer tem recolhido dados de caracterização dos associados, assim como tem divulgado alguns deles como é caso da profissão, com o intuito de dar a conhecer os seus frequentadores.

¹¹ Como já abordámos no Capítulo IV, os adultos idosos apresentaram algumas dificuldades no preenchimento do pré-teste, como dificuldade em ler por falta de visão e por falta de óculos, assim como um certo cansaço em preencher o primeiro inquérito por questionário que foi objecto do pré-teste e que era mais extenso do que veio a ser na última versão. A falta de recursos humanos e falta de tempo não nos permitiu preencher o inquérito por questionário.

n.º 2. Concluindo, a esmagadora maioria dos respondentes pertencem à pequena burguesia, o que vem confirmar a hipótese central do presente trabalho.

Quadro n.º 2 – Distribuição dos formandos pelas diferentes classes sociais

Tipologia das classes e das fracções de classe		Percentagens
Burguesia (B)	Burguesia Empresarial e Proprietária (BEP)	-----
	Burguesia Dirigente e Profissional (BDP)	10,20%
Pequena Burguesia(PB)	Pequena Burguesia Técnica de Enquadramento (PBTE)	53,06%
	Pequena Burguesia de Execução (PBE)	18,37%
	Pequena Burguesia Proprietária (PBPR)	16,33%
	Campesinato (C)	-----
	Campesinato Parcial (CP)	-----
	Pequena-Burguesia Assalariada e Proprietária (PBAP)	-----
	Pequena-Burguesia Parcial (PBP)	-----
Operariado (O)	Operariado Industrial (OI)	2,04%
	Operariado Agrícola (AO)	-----
	Operariado Parcial (OP)	-----
	Operariado Industrial e Agrícola (OIA)	-----

Baseado na tipologia das classes e fracções de classe de Almeida, Costa e Machado (1988).

7. Caracterização dos formadores da Universidade da Cultura e do Lazer

Como já referimos, no Capítulo IV, lançámos igualmente um inquérito por questionário dirigido aos formadores, ao qual só responderam nove formadores dos 20 que existiam na altura da nossa pesquisa, devido a vicissitudes várias já abordadas no capítulo acima mencionado.

O grupo de formadores que respondeu ao inquérito é composto quase equitativamente por homens (4) e mulheres (5). Esta proporção corresponde praticamente à realidade, pois o corpo de formadores da UTI é constituído por 12 homens e 13 mulheres. Constata-se uma grande variação ao nível das idades, abrangendo formadores desde os 39 aos 79 anos e também uma grande diversidade, pois só dois (11%) partilham a mesma idade de 59 anos e outros dois a idade de 61 anos (consultar gráfico n.º 5). A maioria (7) dos formadores é casada, existindo um solteiro e um viúvo. Quase todos os inquiridos (8) detêm o grau de licenciatura, excepto um que possui um curso médio. Especificando as suas habilitações, quanto a uma possível formação na área de educação de adultos, existem dois formadores que indicaram ter essa formação. As profissões desempenhadas são correspondentes às habilitações literárias, assim, existe um economista, um médico, e os restantes são professores. Mais de metade (5) destes formadores encontram-se em situação de reforma.

Os formadores desta Universidade da Terceira Idade são todos eles voluntários¹², significando que não recebem qualquer contrapartida monetária ou pagamento pelos seus serviços¹³. No final do “ano lectivo” os formandos juntam-se para oferecer uma “lembrança” aos seus formadores. Como tivemos oportunidade de observar, no final de pelo menos três actividades culturais, os formandos entregaram uma prenda ao respectivo formador, traduzindo o reconhecimento pelo seu trabalho e dedicação. Como uma das formandas afirmou:

¹² Esta informação foi obtida pela entrevista ao Presidente da Direcção e em diferentes conversas informais com diferentes protagonistas, como formandos, formadores e outros membros da Direcção, assim como pela observação directa.

¹³ Este aspecto é igualmente comum a todos os formadores das Universidades da Terceira Idade portuguesas que foram abrangidas pela nossa pesquisa, cujos resultados apresentámos na sessão anterior

“Eles trabalham todo o ano, gastam gasolina para vir até aqui e não ganham nada. Pelo menos temos de demonstrar a nossa gratidão, é o mínimo” (testemunho de uma formanda).

Os benefícios que os formadores podem obter, pelo facto de estarem a exercer uma actividade na UTI, de forma voluntária e a título gracioso, são essencialmente em termos de prestígio e de reconhecimento social, quer por parte dos formandos e da Direcção, quer pela comunidade em que se inserem. Outras vantagens que determinados orientadores poderão ter pelo facto de exercerem uma actividade serão abordadas posteriormente.

Gráfico n.º 5 – Distribuição dos formadores por idades

